



COMITÊ ORIENTADOR DO FUNDO AMAZÔNIA

Registro de Encaminhamentos e Temas – RET da 14ª Reunião

Sede do BNDES – Rio de Janeiro– RJ

12 de dezembro de 2013 – 9h30min às 13:00h

PAUTA

- 9h30min** Abertura: Francisco Gaetani - Secretário Executivo do MMA
Guilherme Lacerda - Diretor da Área de Meio Ambiente do BNDES
- 10h** Aprovação do Registro de Encaminhamentos e Temas (RET) da 13ª Reunião
- 10h15min** **Temas de Pauta 1:**

Eleição da presidência do Comitê Orientador do Fundo Amazônia
- 10h45min** **Temas de Pauta 2:**

Apresentação da proposta preliminar de chamada pública para elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PGTA`s
- 11h30min** **Temas de Pauta 3:**

Apresentação da evolução do Fundo Amazônia
- 12h30min** Encaminhamentos / Definição próxima reunião do COFA
- 13h00min** Encerramento
- 13h15** Almoço

Abertura

Foi distribuída aos participantes uma pasta contendo o seguinte material de apoio:

- 1 Agenda da Reunião
RET da 13ª Reunião

Tema de Pauta 1

- 2 Eleição da presidência do Comitê Orientador do Fundo Amazônia
 - Página de Instrução
 - Decreto 6.527/2008
 - Regimento Interno do COFA

Tema de Pauta 2

- 3 Apresentação da proposta preliminar de chamada pública para elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PGTA's
 - Página de Instrução
 - Apresentação (PPT) da proposta de chamada pública

Tema de Pauta 3

- 4 Apresentação da evolução do Fundo Amazônia
 - Página de Instrução
 - Apresentação (PPT) do balanço de cinco anos do Fundo Amazônia

- 5 Tabela de Recomendações
Lista de dados dos membros do COFA

Abertura dos trabalhos

A reunião foi iniciada com as saudações e boas vindas aos presentes pelo Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Gaetani, que informou estar representando a Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira.

Destacou ser gratificante participar de uma reunião em que são discutidos bons projetos, onde há disponibilidade de recursos e uma estrutura de governança interessante. Passou, então, a palavra ao Diretor do BNDES, Guilherme Lacerda.

Guilherme Lacerda (BNDES) mencionou que o BNDES, enquanto banco público federal, atribui grande importância à temática ambiental. Passou, a seguir, a fazer alguns comentários sobre a gestão do Fundo Amazônia ao longo de 2013.

Destacou a preocupação do BNDES em fazer uma gestão transparente que também seja eficiente no processo de análise, contratação, liberação e acompanhamento dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia. Mencionou que houve um aumento do valor da chamada pública de projetos produtivos sustentáveis para até R\$ 100 milhões, o que possibilita a análise e aprovação pelo BNDES de outros 10 projetos, além dos oito originalmente selecionados. Nesse contexto informou que o BNDES está trabalhando na análise detalhada desses projetos, já tendo sido aprovado o primeiro projeto da chamada pública.

Acrescentou que no primeiro semestre foi realizado em Brasília um encontro com representantes da sociedade civil e dos povos da floresta, com a presença da Ministra Izabella Teixeira e do Secretário Geral da Presidência da República. Nesse encontro foi feito um diálogo sobre o Fundo Amazônia e foram assinados diversos convênios com entidades da sociedade civil, por meio da Fundação Banco do Brasil, com a qual o Fundo Amazônia estabeleceu uma parceria. Destacou que esses recursos atendem à demanda daqueles grupos sociais que defendiam a necessidade do Fundo Amazônia chegar até a ponta, apoiando pequenos projetos.

Informou que em 2013 houve a superação de uma restrição que existia para o recebimento de doações pelo Fundo Amazônia, sobre as quais poderia haver a incidência de tributos caso os recursos recebidos não fossem utilizados em dois anos. Destacou que a obtenção dessa isenção só foi possível graças à atuação efetiva do Ministério do Meio Ambiente e a sensibilidade e apoio do Ministério da Fazenda.

Destacou que no segundo semestre foi assinado um novo contrato com o Governo da Noruega, visando consolidar os acordos anteriores de doação e ampliar a vigência dessa cooperação. Informou que no mês de outubro representantes do BNDES, juntamente com representantes do governo brasileiro, participaram de seminários na Noruega, oportunidade em que foi apresentada a evolução do Fundo Amazônia.

Nessa oportunidade foram realizadas reuniões com vários membros do Governo Norueguês, inclusive a nova Ministra do Meio Ambiente desse país, bem como contatos com parlamentares, entidades não governamentais e a imprensa norueguesa. Fez, ainda, referência à presença de representantes do Fundo Amazônia na COP 19, em Varsóvia, junto com o Ministério do Meio Ambiente.

Registrou que o Fundo Amazônia tem hoje uma carteira sólida, diversificada e dinâmica, composta por projetos que foram construídos com muito zelo. A carteira é constituída por 93 projetos, sendo que 47 estão sendo apoiados e 46 estão em análise pela equipe do Fundo. O valor total dessa carteira monta a cerca de R\$ 1,5 bilhão, sendo que o Fundo Amazônia já conta com R\$ 1,34 bilhão de doações asseguradas. Avaliou que a situação de recursos disponíveis é bastante adequada, sem prejuízo de uma posterior discussão de como orientar um processo de novas captações.

Lembrou a assinatura em 2013 do contrato com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, visando auxiliar grande parte dos 529 municípios do bioma Amazônia no fortalecimento da sua gestão ambiental, bem como o contrato com a União Federal, por meio do Serviço Florestal Brasileiro, objetivando implementar o inventário florestal do bioma Amazônia.

Mencionou, ainda, a assinatura de contrato com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), visando contribuir para o desenvolvimento da capacidade de monitoramento do desmatamento e do uso da terra em outros países com a presença do bioma Amazônia. Registrou que nesse evento estiveram presentes diversos representantes das embaixadas dos países beneficiados com as ações do projeto apoiado.

Ao fazer referência à cerimônia de assinatura do contrato que objetiva apoiar a implantação do cadastro ambiental rural (CAR) no Estado do Acre, mencionou que nessa ocasião foi aventado que o apoio do Fundo Amazônia a ações em outros países não deveria ficar restrito exclusivamente a projetos de monitoramento e controle do desmatamento.

Nesse contexto, defendeu que essa é uma possibilidade que deveria ser avaliada, dentro de condições e critérios, já que a necessidade de ações de combate ao desmatamento não termina onde existe uma divisa legal.

Informou, também, que todos os estados do bioma Amazônia já apresentaram projetos para o Fundo Amazônia. O único que ainda não havia apresentado projeto era o estado de Roraima, mas que dentro de uma articulação feita com o governo desse Estado o Fundo recebeu dois projetos que já estão sendo analisados.

Destacou o apoio do Fundo Amazônia aos projetos que objetivam a implementação do cadastro ambiental rural (CAR), bem como o recebimento de projetos importantes que ainda estão em uma fase inicial de análise, tais como o projeto da Força Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e o projeto apresentado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Informou que o Fundo Amazônia estará completando cinco anos de operação em 2014, já tendo quatro projetos com recursos totalmente liberados. Por fim, destacou a importância que o BNDES atribui à prestação de contas das atividades que executa como gestor do Fundo Amazônia.

Francisco Gaetani (MMA) agradeceu as informações prestadas e destacou que cada ponto mencionado foi uma conquista, um desafio que foi superado. Com relação ao apoio do Fundo Amazônia a outros países tropicais, avaliou ser necessário

encontrar uma forma de trabalhar para além das fronteiras nacionais de uma forma mais ativa, enfrentando questões como a da contaminação de rios, o desenvolvimento das cadeias produtivas dos produtos da sociobiodiversidade, o desmatamento e o combate a incêndios nos países vizinhos.

Nesse contexto, mencionou a presença na própria reunião do COFA de vários parceiros que trabalham para além das fronteiras do Brasil, tais como a cooperação alemã (GIZ) e o WWF-Brasil. Acrescentou ser necessário pensar de forma criativa junto com os governos estaduais que têm essas longas fronteiras internacionais, para que o Fundo Amazônia possa também atuar do outro lado da fronteira, até porque os problemas a serem enfrentados não têm essa divisibilidade administrativa.

Adicionalmente, informou que a Ministra Izabella Teixeira tem se reunido com todos os Secretários de Meio Ambiente da Amazônia para a construção de uma nova plataforma de desenvolvimento florestal do país, bem como para tratar da necessidade de um monitoramento mais afinado do desmatamento.

Ressaltou a importância da implantação do cadastro ambiental rural (CAR), bem como a relevância do apoio do Fundo Amazônia a essa iniciativa. Destacou que existem dificuldades institucionais de construção de capacidades em todos os níveis administrativos, mas que esta é uma oportunidade histórica para mudança de patamares.

Por fim ressaltou o dinamismo na gestão do Fundo Amazônia, evidenciado pelo volume de projetos em sua carteira e parabenizou a todos os partícipes do processo de construção desse Fundo, destacando-o como uma conquista a ser preservada. Finalizando suas considerações, Francisco Gaetani (MMA) encerrou a primeira fase da reunião.

1. Discussão e aprovação do RET da 13ª Reunião do COFA

Francisco Gaetani (MMA) perguntou aos membros do Comitê se haveria alguma proposta de ajuste ou de aprimoramento da redação do RET da 13ª Reunião do COFA. Todos estando de acordo, foi aprovado por unanimidade o RET da 13ª Reunião do COFA.

2. Aprovação da Pauta

A pauta da 14ª reunião foi aprovada sem alteração da ordem de deliberação dos itens de pauta.

3. Eleição da presidência do Comitê Orientador do Fundo Amazônia

Francisco Gaetani (MMA) apresentou como candidato à presidência do COFA por um novo biênio a representação do Ministério do Meio Ambiente, tendo solicitado aos membros do COFA que se manifestassem quanto a essa ou outras eventuais candidaturas.

Justiniano Neto (Estado do Pará) manifestou-se favoravelmente à recondução da representação do Ministério do Meio Ambiente à presidência do COFA, informando

acreditar ser unânime o entendimento, no âmbito da bancada dos estados, de que o Ministério do Meio Ambiente tem conduzido de forma adequada a direção do COFA.

Grayton Toledo (Estado do Amapá) complementou que a Ministra Izabella Teixeira tem feito um importante trabalho à frente do COFA e que os estados estão plenamente de acordo com a recondução da representação do Ministério do Meio Ambiente à sua presidência.

Aproveitou para destacar que, objetivando melhor trabalhar a gestão da flora, os estados e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA assinaram um acordo de cooperação técnica, enfatizando, ainda, a importância da continuidade do diálogo existente entre os estados e o Ministério do Meio Ambiente.

José Lacerda (Estado de Mato Grosso) mencionou que o Ministério do Meio Ambiente vem estabelecendo uma boa interlocução com os Estados da Amazônia Legal, aproveitando para destacar a importância de que venha a existir uma legislação unificada que trate da economia de base florestal, que lhe dê segurança jurídica e crie as condições para o seu desenvolvimento e fiscalização. Por sua vez, ratificou a indicação da representação do Ministério do Meio Ambiente à presidência do COFA.

Antônio Carneiro (Estado do Maranhão) também ratificou a recondução da representação do Ministério do Meio Ambiente à presidência do COFA.

Em seguida a bancada da sociedade civil se manifestou nos seguintes termos:

Mauro Armelin (FBOMS) manifestou-se favoravelmente à recondução da representação do Ministério do Meio Ambiente à presidência do COFA. Aproveitou para mencionar que vários avanços foram feitos na Amazônia, mas também que novos problemas surgiram e necessitam ser enfrentados. Exemplificou como um novo desafio o mercado de madeira na Amazônia, cujo processo de licenciamento e de comando e controle não está dando conta da criatividade da ilegalidade, havendo necessidade de reavaliar como o Fundo Amazônia deverá se inserir nesse contexto para que esse novo desafio também seja vencido.

Enfatizou, ainda, a importância do diálogo com os noruegueses, maiores doadores do Fundo Amazônia, para aprofundar o entendimento recíproco e para que o Governo da Noruega continue a apoiar o Fundo Amazônia.

Ressaltou que o Fundo Amazônia deve persistir na busca de novos doadores para que não se perca o aprendizado que representou a sua criação e a superação das dificuldades de seu início de implementação. Recomendou que o Fundo promova uma busca incessante por novos parceiros de forma a inclusive vir a apoiar o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis em outros países tropicais, além das atividades de monitoramento do desmatamento que hoje já são contempladas.

Ramiro Silva (FNABF) ratificou a indicação da representação do Ministério do Meio Ambiente para a presidência do COFA. Ressaltou a preocupação do Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal com o foco do desenvolvimento e não

somente de controle e fiscalização do desmatamento. Defendeu que se faz necessário encontrar alternativas para que se possa dar viabilidade econômica para a atividade florestal e assim proteger as florestas brasileiras.

Lucio Flores (COIAB) também ratificou a indicação da representação do Ministério do Meio Ambiente à presidência do COFA. Manifestou estar confiante que na reunião do COFA seria dado um passo importante em relação à aproximação maior entre os povos indígenas e o Fundo Amazônia, destacando o grande percentual de terras indígenas que se encontram na Amazônia.

Os demais representantes do segmento do Governo Federal, a saber, dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Ciência, Tecnologia e Inovação; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e das Relações Exteriores também se manifestaram favoravelmente à indicação da representação do Ministério do Meio Ambiente à presidência do COFA.

Em face das manifestações dos membros do COFA, Francisco Gaetani (MMA) declarou eleita a representação do Ministério do Meio Ambiente para a presidência do Comitê Orientador do Fundo Amazônia, com novo mandato de dois anos a vigorar a partir do término do último mandato.

Decisões e encaminhamentos

Os membros do COFA elegeram, por unanimidade, como Presidente do COFA, a representação do Ministério do Meio Ambiente, com mandato de dois anos e termo final no dia 22.10.2015.

4. Apresentação da proposta preliminar de chamada pública para elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PGTA`s

Francisco Gaetani (MMA) solicitou à representante da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Carolina Comandulli, que apresentasse a proposta preliminar de chamada pública para elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PGTA`s. Destacou que o Ministério do Meio Ambiente, através da política nacional de gestão de terras indígenas, está buscando uma maior integração com a FUNAI.

Carolina Comandulli (FUNAI) inicialmente informou que a proposta a ser apresentada foi construída em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, com subsídios colhidos junto às comunidade indígenas.

Lembrou que cerca de 20% da Amazônia Legal são terras indígenas, tratando-se de uma parcela do território ambientalmente bem preservada. Informou, também, que há uma grande demanda dos povos indígenas do Brasil de serem beneficiários dos recursos do Fundo Amazônia.

Informou que um grande desafio é justamente o de viabilizar um apoio em larga escala para as terras indígenas na Amazônia Legal. Para responder a esse desafio foi feita uma avaliação da capacidade de resposta institucional dos órgãos públicos, tendo sido identificadas limitações para a execução de projetos por esses órgãos na escala que se faz necessária.

Em face dessa circunstância, buscou-se dialogar no sentido de encontrar um arranjo institucional que pudesse viabilizar um apoio que atendesse às demandas das comunidades indígenas, promovesse a proteção das florestas nas terras indígenas e, sobretudo, viabilizasse a implementação da política nacional de gestão territorial e ambiental dessas terras.

Registrou que a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI foi construída de forma participativa com os povos indígenas, estando voltada à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais de suas terras, objetivando a autonomia desses povos em seus territórios.

Nesse contexto se insere a proposta da chamada pública, voltada à elaboração e implementação dos planos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas (PGTAs). Esclareceu que os PGTAs são ferramentas de gestão do território, construídos de forma participativa pelos povos indígenas, representando a visão desses povos para o presente e o futuro de suas terras.

Acrescentou que esses planos se desdobram em diversos componentes, tais como monitoramento e proteção territorial, atividades produtivas e gestão ambiental, o que facilita estrategicamente o apoio às diversas componentes por diferentes atores, sejam eles governamentais ou não governamentais. Informou que os PGTAs não são executados de uma só vez, já que têm etapas, bem como que a execução de um componente não impede ou depende da execução de um outro componente.

Mencionou que já existem vários planos de gestão territorial e ambiental construídos no país que precisam ser implementados, bem como que ainda há a necessidade de construção de novos PGTAs. Destacou que a chamada pública priorizará a implementação dos PGTAs já existentes, sem prejuízo do apoio à elaboração de PGTAs.

Em face do exposto, informou que está sendo proposto que a chamada pública destine-se à seleção de propostas candidatas a obter apoio financeiro não reembolsável para o desenvolvimento e implementação de PGTAs em terras indígenas da Amazônia Legal, a serem elaborados em conformidade com os princípios e diretrizes da PNGATI.

E ainda, que as propostas poderão ser apoiadas desde que contribuam para a promoção do desenvolvimento por meio do uso e manejo sustentável dos recursos naturais, a gestão ambiental e o fortalecimento da proteção territorial, sempre com respeito aos modos de vida e manifestações culturais dos povos indígenas.

Quanto à abrangência da chamada informou que serão contempladas as propostas destinadas às terras indígenas localizadas na Amazônia Legal, desde que se enquadrem no artigo 11 do Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012, que define a área de aplicação da PNGATI.

Informou, também, que poderão participar da chamada pública pessoas jurídicas - organizações indígenas, indigenistas, ambientalistas e socioambientalistas - legalmente constituídas há, pelo menos, dois anos.

As instituições deverão, comprovadamente, possuir abrangente e relevante experiência de trabalho em projetos com povos indígenas da Amazônia. Esclareceu, ainda, que as propostas apresentadas deverão ser na modalidade aglutinadora, devendo cada entidade apresentar uma única proposta de projeto, constituída por subprojetos elaborados em parceria com instituições coexecutoras, sendo que os projetos poderão ser apresentados para uma única terra indígena ou para um conjunto de terras.

Ressaltou que a proposta de chamada pública, após uma etapa de detalhamento, deveria também passar por uma instância de validação no âmbito dos fóruns e instâncias de governança que têm a participação dos povos indígenas, a saber, o Comitê Gestor da PNGATI e a Comissão Nacional de Política Indigenista.

Em seguida sugeriu que o apoio ao segmento de projetos que objetivem exclusivamente a elaboração de PGTA's deverá ter duração de até 36 meses e que as propostas para implementação de PGTA's deverão ter duração de até 60 meses.

Com relação ao segmento de projetos de elaboração de PGTA's, recomendou que esses projetos compreendam as etapas de sensibilização e mobilização, diagnóstico e planejamento dos planos; de conclusão de fases e etapas pendentes de planos que já foram iniciados ou, ainda, de atualização de planos já existentes. Nessa oportunidade destacou que existe um manual publicado pela FUNAI com diretrizes para a elaboração dos PGTA's.

Sugeriu que o segmento de projetos para implementação de PGTA's seja o que tenha mais peso na chamada pública, devendo os projetos estarem alinhados com os três eixos temáticos já mencionados, a saber: apoio às atividades econômicas e produtivas baseadas no uso sustentável da floresta e da biodiversidade; gestão ambiental, por meio de ações de recuperação de áreas desmatadas e degradadas por meio do reflorestamento com espécies nativas e sistemas agroflorestais, combate ao fogo e ao desmatamento, manejo de resíduos sólidos e educação ambiental; e proteção territorial, por meio do fortalecimento da governança e da participação indígena, prevenção e defesa ambiental, da propriedade intelectual e do patrimônio genético.

Ressaltou que existem temas transversais necessariamente complementares aos três eixos temáticos propostos, que são os componentes de capacitação indígena; fortalecimento das organizações indígenas locais e das entidades proponentes dos projetos; e a promoção cultural.

Recomendou, ainda, que o fato de uma entidade aglutinadora já estar executando outro projeto com o apoio do Fundo Amazônia não deveria impedi-la de participar da chamada pública, já que o número de organizações ambientalistas, indigenistas, indígenas ou sócio ambientalistas no país que têm expertise para realizar esse tipo de projeto é restrito.

A representante da FUNAI sugeriu que posteriormente seja constituída uma comissão de acompanhamento dos projetos que venham a ser apoiados pelo Fundo Amazônia no âmbito da chamada pública, composta por representantes da FUNAI, do Ministério do Meio Ambiente, do BNDES e de organizações indígenas e indigenistas, bem como que seja estabelecido um diálogo permanente com o Comitê Gestor da PNGATI.

Defendeu, ainda, que as entidades aglutinadoras devem dispor de um quadro técnico mínimo, sem prejuízo de lhes ser autorizado ampliar suas equipes, dependendo da escala do projeto que pretendam implantar, devendo também ser admitido o estabelecimento de parcerias com outras entidades, bem como a contratação de consultorias.

Finalizou esclarecendo que caberá à entidade aglutinadora atuar nas terras indígenas objeto de seu projeto, trabalhando diretamente com uma equipe local executora, a associação local indígena ou indigenista e os agentes indígenas.

Francisco Gaetani (MMA) convidou os membros do COFA a se manifestarem sobre a proposta de chamada pública.

Lucio Flores (COIAB) mencionou que a construção da PNGATI resultou do diálogo entre os indígenas e o governo, tendo sido um exercício importante não só para os indígenas entenderem como é o mecanismo de governo, mas também para o governo ouvir e entender qual é o pensamento dos povos indígenas. Destacou que a publicação do decreto que instituiu a PNGATI foi um grande passo e agora a proposta de chamada pública caminha na direção de implementação dessa política.

Lembrou que nas primeiras reuniões ocorridas em Brasília sobre a forma de apoio do Fundo Amazônia aos povos indígenas foi demandado que houvesse o apoio ao fortalecimento institucional das organizações indígenas, já que estas atuam na ponta, convivendo no dia a dia com as pressões sobre seu território e com as dificuldades desses povos. Acrescentou que os povos indígenas deveriam ser capacitados em diversos níveis, sobretudo no uso de mecanismos tecnológicos para fazer o monitoramento e a gestão de seus territórios.

Ressaltou a importância de ser priorizada a implementação dos planos de gestão, informando que já existem vários PGAs cuja implementação não ocorreu. Mencionou que existem casos de povos indígenas que apontam para planos que foram bem formulados mas que já estão desatualizados sem que tenham sido implementados. Nesse contexto salientou que deve ser evitada a elaboração de novos planos sem a perspectiva de sua implementação.

Com relação às entidades aglutinadoras, propôs que estas façam pequenas chamadas para as instituições indígenas e para as associações locais. Destacou que dessa forma seria evitado o risco de não haver a participação mais ampla dos povos indígenas.

Por fim, recomendou que seja feita uma discussão ampliada com as lideranças indígenas, já que a chamada pública será uma iniciativa de grande porte. Essa discussão serviria como uma oportunidade dessas lideranças conhecerem melhor os

detalhes da chamada pública, bem como para colher subsídios que poderiam ajudar na construção de uma proposta final.

Grayton Toledo (Estado do Amapá) salientou a importância do apoio aos povos indígenas e ao fortalecimento de suas entidades. Recomendou que haja uma aproximação com os governos estaduais, já que as lideranças indígenas também buscam essa esfera de governo para ajudar no combate às pressões que estão se aproximando de seus territórios.

Justiniano Neto (Estado do Pará) acrescentou que a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará já tem uma experiência interessante de etnozonoamento com algumas entidades locais. Destacou que não identificou nas diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia restrição a mais de um apoio a uma mesma entidade, sem prejuízo da necessária observância do critério de equidade na aplicação dos recursos.

Mauro Armelin (FBOMS) qualificou como um grande desafio atender à demanda por ações em terras indígenas, já que estas correspondem a cerca de 20% do território da Amazônia. Destacou como restrições o número limitado de organizações capazes de apresentar propostas, bem como os temas que ficarão fora da chamada pública e que também precisam ser atendidos.

Reforçou a recomendação de que as entidades aglutinadoras promovam pequenas chamadas públicas para as instituições indígenas e para as associações locais, visando atender outros temas ou subtemas relacionados ao tema principal objeto do apoio do Fundo Amazônia.

Nanci Silva (Estado de Rondônia) destacou que o Estado de Rondônia tem uma coordenadoria de povos indígenas, que é um espaço da população indígena no governo para a construção de suas próprias políticas. Informou estar trazendo sugestões para a chamada pública, formuladas a partir de seminário da representação indígena.

Guilherme Lacerda (BNDES) manifestou que o atraso no atendimento das demandas indígenas é histórico, apesar dos avanços obtidos mais recentemente, tendo destacado diversos projetos apoiados pelo BNDES em favor desses povos.

Ressaltou, ainda, o mérito da proposta de chamada pública que acabara de ser apresentada, pedindo ao COFA que fosse dado ao BNDES, enquanto gestor do Fundo Amazônia, um prazo para receber as sugestões dos estados e de outras entidades, consolidando-as e levando-as para uma interlocução com a FUNAI e o Ministério do Meio Ambiente.

Fez, ainda, referência à necessidade apontada pela representação dos povos indígenas de que as entidades aglutinadoras promovam pequenas chamadas públicas, inclusive para envolver as associações indígenas locais.

Gabriel Visconti (BNDES) também se manifestou favoravelmente à realização da chamada pública, ressaltando que a equipe técnica do BNDES teria algumas sugestões quanto à sua operacionalização, fruto da experiência adquirida, inclusive

com a chamada pública de projetos produtivos sustentáveis do Fundo Amazônia já realizada.

Após essas manifestações o COFA aprovou a proposta de chamada pública para elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PGTA`s, estabelecendo que a FUNAI e o BNDES deverão incorporar à proposta as sugestões das partes interessadas. Decidiu, ainda, que a versão final da proposta de chamada pública deverá ser apresentada ao COFA em sua próxima reunião previamente à sua publicação.

Decisões e encaminhamentos

O COFA aprovou a proposta de chamada pública para elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PGTA`s, estabelecendo que a FUNAI e o BNDES deverão incorporar à proposta as sugestões das partes interessadas. Deliberou, outrossim, que a versão final da proposta de chamada pública deverá ser apresentada ao COFA em sua próxima reunião previamente à sua publicação.

Em seguida, foi apresentado um relato sobre a evolução do Fundo Amazônia.

5. Apresentação da evolução do Fundo Amazônia

Guilherme Lacerda (BNDES) destacou que o BNDES, enquanto executor de políticas públicas, apoia um conjunto amplo de ações na área ambiental além das desenvolvidas pelo Fundo Amazônia. Mencionou que nesse mesmo dia estava ocorrendo nas instalações do BNDES um seminário sobre resíduos sólidos, em que se apresentava e discutia um estudo sobre essa temática elaborado pela Universidade Federal de Pernambuco.

Com relação ao Fundo Amazônia mencionou que também nesse mesmo dia estaria sendo assinado um contrato com o Governo do Amazonas. Lembrou que recentemente havia sido assinado um contrato com o Estado do Acre e informou que em breve seria assinado um contrato com o Estado do Amapá, todos com o apoio financeiro do Fundo Amazônia.

Em seguida, Gabriel Visconti (BNDES) passou a apresentar a evolução do Fundo Amazônia. Inicialmente abordou a situação das doações recebidas, destacando a isenção da incidência do PIS/Pasep e da COFINS sobre as doações ao Fundo Amazônia com o advento da Lei nº 12.810, de 15/05/2013.

Mencionou o novo contrato de doação com o Governo da Noruega, assinado em 17/09/2013, que consolida os acordos anteriores, amplia a vigência da cooperação até dezembro de 2021, prevê que os recursos doados sejam utilizados até o final de 2020 e possibilita a transferência integral dos recursos compromissados.

Informou que o total de doações contratadas pelo Fundo Amazônia é de R\$ 1.340 milhões, dos quais R\$ 1.300 milhões já recebidos. Mencionou a participação do

Fundo Amazônia na Oslo REDD Exchange, bem como a participação em evento promovido pelo Center for International Climate and Environmental Research, em Oslo, na Noruega.

Destacou que nesses eventos a avaliação do Fundo Amazônia foi muito positiva, sendo sempre citado como um dos mais representativos do mundo em relação a REDD+.

Apresentou em seguida as operações já aprovadas em 2013, a composição da carteira do Fundo Amazônia, os desembolsos efetuados, aspectos de comunicação e transparência e os desafios e perspectivas.

Entre os desafios destacou o apoio aos projetos de implantação do cadastro ambiental rural (CAR), a implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas – PNGATI, o apoio a outros projetos internacionais e o aperfeiçoamento do relato dos resultados alcançados pelos projetos já apoiados.

Como pontos para debate no âmbito do COFA propôs a avaliação da possibilidade de apoio a projetos em outros países tropicais, além do monitoramento e controle do desmatamento; a alteração do Decreto nº 6.527/2008 para retirar a restrição de indicação de um mesmo membro do COFA por mais de dois mandatos; e a inclusão da FUNAI como membro do COFA.

Grayton Toledo (Estado do Amapá) lembrou que a questão da recondução de membros do COFA por mais de dois mandatos já havia sido proposta. No caso da representação dos estados informou que há uma significativa rotatividade dos seus membros, pois os secretários de meio ambiente raramente permanecem no cargo por muito tempo. Assim, seria desejável quando um secretário permanecesse no seu cargo por mais tempo que pudesse ser reconduzido como membro do COFA. Em face disso, defendeu que a alteração proposta fosse implementada o mais breve possível.

Justiniano Netto (Estado do Pará) ressaltou a sólida evolução da carteira de projetos do Fundo Amazônia desde 2009, destacando essa construção como uma conquista coletiva da sociedade brasileira. Propôs como tema de pauta para a próxima reunião do COFA a realização de uma discussão sobre a dinâmica que provocou o aumento da taxa de desmatamento em 2013, bem como sobre a adequação dos focos de atuação do Fundo Amazônia em face dessa dinâmica.

Lucio Flores (COIAB) informou que a vertente do apoio internacional do Fundo Amazônia já despertou o interesse de povos indígenas de outros países, que indagam se também irá existir uma componente indígena. Manifestou-se favoravelmente à indicação pela FUNAI de um membro para o COFA.

Mauro Armelin (FBOMS) destacou que o Fundo Amazônia transcende a natureza de um fundo de REDD+, sendo um instrumento de promoção do desenvolvimento onde a redução do desmatamento é uma etapa necessária.

Manifestou-se favoravelmente à ampliação do apoio internacional do Fundo Amazônia para categorias de projetos além de exclusivamente a implantação de sistemas de monitoramento do desmatamento. Ressaltou, todavia, que essa

alteração deveria vir acompanhada de uma participação ativa da sociedade civil na elaboração e implementação desses projetos.

Com respeito à recondução de membros do COFA por mais de dois mandatos, argumentou que a renovação da representação no Comitê contribui para a criação de novas lideranças. Propôs que após uma segunda recondução como membro do COFA seja autorizada a recondução imediata desse membro somente como suplente, o que asseguraria a renovação e a criação de novas lideranças sem perda de memória.

Ramiro da Silva (FNABF) propôs que em 2014 seja criada uma oportunidade para que se conheçam melhor os resultados dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, bem como para que sejam compartilhadas experiências.

Francisco Gaetani (MMA) recomendou ao BNDES que elabore uma proposta de alteração do Decreto nº 6.527/2008, para incorporar as alterações propostas, a ser apreciada na próxima reunião do COFA. Informou que está sendo planejada a realização de um seminário no próximo ano comemorando cinco anos de operação do Fundo Amazônia. Por fim, propôs como datas para as próximas reuniões do COFA os dias 20 de março e 20 de novembro de 2014.

Decisões e encaminhamentos

As próximas reuniões ordinárias do COFA no ano de 2014 ficaram agendadas para os dias 20 de março e 20 de novembro.

6. Relato sobre a COP 19

Felipe Ferreira (MRE) apresentou um breve relato sobre a 19a. Conferência das Partes (COP-19) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), realizada em Varsóvia, de 11 a 22 de novembro de 2013.

Destacou que um dos principais resultados dessa conferência foi a definição da arquitetura internacional para financiamento de REDD+, o chamado "Marco de Varsóvia para REDD+" (Warsaw Framework for REDD+).

Esclareceu que foi definido um instrumento econômico sob a UNFCCC para incentivar países em desenvolvimento a implementar políticas e ações para diminuir, parar ou reverter o desmatamento e a perda de cobertura florestal. Países em desenvolvimento que apresentarem reduções verificadas serão elegíveis a receber "pagamentos por resultados" de diversas fontes internacionais.

Esclareceu que o Fundo Verde para o Clima ("Green Climate Fund – GCF") terá um papel chave para canalizar recursos financeiros para os países em desenvolvimento que estejam implementando REDD+. O papel do GCF será importante para permitir adequação e a previsibilidade na transferência de recursos para esses países.

Informou que o "Marco de Varsóvia" tem sete decisões ao todo, que em grande medida concluem o processo negociador sobre o tema. As decisões incluem um pacote de metodologias reconhecidas internacionalmente para monitorar, relatar e verificar resultados, estabelecem as condições para receber pagamentos e criam ferramentas para aumentar a transparência sobre resultados e seus respectivos pagamentos.

Destacou que o referido marco lança uma nova etapa para REDD+, com foco na implementação das regras multilateralmente acordadas para obter pagamentos por resultados. A expectativa é que, com isso, haja maior segurança jurídica e uma melhor coordenação internacional para apoiar financeiramente atividades de REDD+.

Francisco Gaetani (MMA) ressaltou se tratar de tema importante para todos, devendo ser analisado de forma mais aprofundada em momento posterior. Solicitou a Guilherme Lacerda (BNDES) que fizesse o encerramento da reunião.

7. Encerramento

Guilherme Lacerda (BNDES) tomou a palavra, agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião, convidando os presentes a participarem na sequência da cerimônia de assinatura do contrato de financiamento não reembolsável do Fundo Amazonia com o Estado do Amazonas, objetivando o apoio ao desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis por comunidades tradicionais e povos indígenas.

7. Membros do COFA presentes à reunião: (titulares, suplentes ou representantes substitutos)

Ministério do Meio Ambiente

Francisco Gaetani (representante substituto)

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Beatriz Martins Carneiro (titular)

Ministério das Relações Exteriores

Felipe Rodrigues Gomes Ferreira (suplente)

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Erikson Camargo Chadoha (suplente)

Ministério do Desenvolvimento Agrário

João Luiz Guadagnin (titular)

Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação

Andréa Ferreira Nunes Portela (suplente)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Guilherme Narciso de Lacerda (titular)

Gabriel Rangel Visconti (suplente)

Estado do Amapá

Grayton Tavares Toledo (titular)
Fabrício de Paula Gomes (suplente)

Estado do Amazonas
Kamila Botelho do Amaral (titular)

Estado do Maranhão
Antonio César Carneiro Souza (representante substituto)

Estado do Mato Grosso
José Esteves de Lacerda Filho (titular)

Estado do Pará
Justiniano Queiroz Netto (suplente)

Estado de Rondônia
Nanci Maria Rodrigues da Silva (titular)

Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e
o Desenvolvimento - FBOMS
Mauro José Capóssoli Armelin (suplente)

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB
Lúcio Paiva Flores (titular)

Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal – FNABF
Ramiro Azambuja da Silva (titular)

8. Representantes que não compareceram

Casa Civil da Presidência da República

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Estado do Acre

Estado do Tocantins

Estado de Roraima

Confederação Nacional da Indústria – CNI

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC

9. Especialistas, convidados e observadores

Externos	
Representação	Representação
MMA	Francisco Oliveira
MMA	Juliana Simões
Amazonas (SEPROR)	Eron Bezerra
Amazonas (SEPROR)	Sonia Alfaia
Amapá (SEGOV)	Fabricio de Paula
Mato Grosso	Lilian Lisboa
Embaixada da Noruega	Elisabeth Forseth
FUNAI	Carolina Comandulli
GIZ	Helmut Eger
GIZ	Waldemar Wirsig
GIZ	Janina Budi
GIZ	Eugênio Pantoja
KfW	Hubert Eisele
INDUFOR	Marisa Camargo

BNDES	
Área	Nome
AMA/DEFAM	Juliana Santiago
AMA/JUAMA	Daniela Baccas
DIR5	Nabil Kadri
AMA/DEFAM	Guilherme Accioly
AMA/DEFAM	Angela Skaf
AMA/DEFAM	Bernardo Braune
AMA/DEFAM	Ana Paula Donato
AMA/DEFAM	Daniel Rossi
AMA/DEFAM	Gabriel Areal
AMA/DEFAM	Ana Paula Silva
AMA/DEFAM	Aline de Melo
AMA/DEFAM	Mariana Guimarães

AP/DEPRI	João Paulo Braga
GP	Daniel Sincorá
AF/DEREI	Luiz Muzzi